



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Demo, Pedro
Salário de docente básico
Ciências Sociais Unisinos, vol. 44, núm. 3, septiembre-diciembre, 2008, pp. 186-198
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93813078003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Salário de docente básico

Salaries of basic education teachers

Pedro Demo¹
pedrodemo@uol.com.br

Resumo

A questão salarial dos docentes básicos é assunto ainda longe de uma solução razoável. Dados divulgados pelo INEP (com base na PNAD de 2006) mostram, primeiro, extrema disparidade no país: a maior remuneração média encontrava-se no Distrito Federal, com R\$ 3.371,00, muito acima de todas as outras. A segunda maior remuneração média era do Rio de Janeiro e a terceira de Sergipe, ambas um pouco acima dos 60% daquela do Distrito Federal. A menor remuneração média achava-se em Pernambuco, apenas 24% daquela do Distrito Federal. Parece não se tratar do mesmo país, tamanha é a disparidade. Segundo, não há maior adequação entre melhores salários e melhor desempenho escolar, em parte porque não existe correlação automática, em parte porque o aumento salarial não resulta do reconhecimento do desempenho escolar discente, mas, em geral, de luta política sindical. Talvez isso explique que Sergipe, um estado nordestino, tenha a terceira maior remuneração média do país. Mesmo assim, defende-se a idéia de que é fundamental aprimorar as condições de vida dos docentes, em especial por conta da dignidade social, da qual são também artífices notáveis. Por isso mesmo, a proposta recente da jornada de 40 horas semanais definida em R\$ 950,00 nos parece muito insatisfatória, mantendo-se incapaz de ordenar o tempo de trabalho docente de preferência em oito horas por dia. É muito importante conseguir, com o tempo, uma correlação mais visível entre melhoria salarial e melhoria da aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: remuneração docente, remuneração e desempenho escolar, condições de trabalho.

Abstract

The issue of the basic teachers' remuneration is still very far from a reasonable solution. Data published by the INEP (based on the 2006 PNAD) show, first of all, an extreme disparity in the country: the highest average remuneration was found in the Federal District, with R\$ 3.371,00, considerably above all other states. The second highest average remuneration was paid in the state of Rio de Janeiro and the third one in Sergipe; both were a little above 60% in comparison with the salary paid in the Federal District. The smallest average remuneration was found in Pernambuco: only 24% of the salary paid in the Federal District. It seems we are not talking of the same country, so great is the disparity. Secondly, there is no major correspondence between higher remuneration and better school performance, partially because there is no automatic correlation, partially because higher remuneration does not result from the acknowledgment of the students' school performance, but in general from the political struggle waged by the teachers' unions. Perhaps this explains the fact that Sergipe, a state from the Northeast, has the third highest average remuneration in the country. Even so, the article supports the idea

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UNB. Pesquisador do CNPq.

that it is fundamental to improve the living conditions of teachers, especially because of their social dignity, of which they are also noteworthy constructors. Therefore, the recent proposal of 40 working hours per week and a basic salary of R\$ 950,00 seems to be very unsatisfactory, as it cannot regulate teachers' work time preferably in eight hours daily. It is very important to achieve, over time, a more visible correlation between the improvement of the teachers' remuneration and the improvement of students' learning.

Keywords: teachers' remuneration, remuneration and school performance, work conditions.

Deu o que falar a divulgação de médias salariais dos docentes básicos, no fim de fevereiro de 2008, amplamente badalada na imprensa (*Folha de S. Paulo*, 2008). Os dados foram retirados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) (IBGE), cobrindo o período de 2003 a 2006, e tabulados pelo INEP/MEC, com adaptações para permitir comparações mais apropriadas (por exemplo, padronização dos salários para uma jornada de 40 horas semanais). Buscou-se também comparar salário de professores e de não professores, bem como de profissionais de nível superior, permitindo lançar hipóteses sobre possível mudança de imagem do professorado, à medida que esta profissão pudesse tornar-se atrativa ou ainda não. O que mais chamou a atenção foram os extremos, algo sempre característico do Brasil: de um lado, baixíssimos salários médios em vários estados, sendo Pernambuco o mais deprimido em 2006, com R\$ 831,00; de outro, níveis aparentemente elevados em dois estados com média acima de 2 mil reais e um acima de 3 mil reais (caso do Distrito Federal, cuja média salarial atingiu R\$ 3.371,00). Torna-se claro que alguns estados avançaram expressivamente na melhoria salarial, ainda que as comparações devam ser tomadas sempre com muita cautela, também porque o poder de compra pode variar bastante. Por exemplo, o Distrito Federal tem, sabidamente, custo alto de vida, o que relativiza os valores aparentemente elevados aí encontrados.

No pano de fundo do alvoroço, porém, está sempre outro lance: se os salários parecem melhorar, por que a aprendizagem dos alunos não melhora? Analistas de tendência neoliberal, conclamando relações de mercado, sugeririam que, havendo demanda constante pela profissão de professor, seria inapropriado imaginar distorções salariais gritantes. Numa expectativa mais rígida, como a de Iloschpe (2004), se persiste a procura pela profissão, isto indicaria que está sendo adequadamente remunerada². É flagrante, porém, a contradição deste analista porque esquece algo que é,

no fundo, seu talismã: a educação "explicaria" (sic) mais de 80% do rendimento da pessoa (Iloschpe, 2004, p. 48). Se a educação detém tamanho impacto sobre a renda, torna-se incongruente que seus mentores centrais, os professores, percebam salários que estariam muito longe desta pretensa importância para a geração de renda pessoal³. Neste texto, analiso sucintamente tais dados, com o intuito de relevar problemas ainda graves de remuneração docente, a par de melhorias também visíveis. Apesar de a aprendizagem do aluno não acompanhar melhorias salariais – não conseguimos ainda mostrar esta vinculação fundamental, ainda que nunca linear, automática – é crucial defender a qualidade de vida docente, em nome de sua dignidade social.

Panorama nacional

A Tabela 1 mostra a evolução salarial entre 2003 e 2006. Para o Brasil, nesse período o crescimento foi de 39,2%, havendo um caso muito discrepante: Sergipe teria crescido quase 150%, aparecendo no *ranking* (coluna 2006) em terceiro lugar nacional de melhor salário médio, com R\$ 2.012,00, superado apenas por Rio de Janeiro, com R\$ 2.108,00, e Distrito Federal – o campeão disparado – com R\$ 3.371,00.

Deixando de lado Sergipe, notam-se crescimentos expressivos no Distrito Federal (93,3%), Piauí (89,9%), Acre (71,1%), Mato Grosso do Sul (66,1%), Goiás (60,9%), Alagoas (52,7%), para ficarmos apenas com os casos de melhorias acima de 50%. Houve crescimentos modestos, sobressaindo o de Minas Gerais, com apenas 15,2% no período, seguindo-se Pernambuco, com 17,5%. Se levarmos em conta que a inflação no período esteve por volta de 17%, estes crescimentos não cobriram a inflação. Somente seis estados não tinham ainda ultrapassado a barreira

² Se o professor fosse discriminado, por que continuaria na profissão? "O fato que mais e mais pessoas procuram a carreira do magistério a cada ano torna difícil a aceitação da idéia de que os professores permanecem na carreira por desinformação." "Inexiste o problema de má remuneração do professor, ou a profissão teria minguado" (Iloschpe, 2004, p. 170). Apesar do que se fala, a profissão tem suas vantagens de horários mais flexíveis, no caso do magistério público, de aposentadoria integral e outras benesses (licenças, controle menor do desempenho, etc.). "Não é por acaso, portanto, que o magistério continua sendo uma das opções de carreiras mais populares do país, sendo exercida por volta de 2 milhões de pessoas. Se houvesse discriminação contra a profissão, seria de se esperar que suas fileiras encolhessem de ano a ano, mas não é o que acontece. Pelo contrário, houve um aumento de 20% de funções docentes de 1996 a 2002. O que parece existir é uma decisão consciente dos profissionais da educação de enveredarem por esse caminho, trocando um contracheque mensal gordo por outros benefícios da profissão (férias, estabilidade, jornada menor, aposentadoria etc.)." (Iloschpe, 2004, p. 174).

³ Sem aprofundar este debate, a noção de que educação corresponde com mais de 80% da renda pessoal é extraída de análise de regressão linear, com base em anos de estudo, um conceito pouco útil entre nós, já que, com aprendizagem baixíssima e progressão automática à solta, um aluno pode estar na 8ª série (com oito anos de estudo) e não ter ultrapassado as primeiras séries. Há aqui abuso positivista do método.

Tabela 1: Evolução dos salários de professores da educação básica – Rede pública.**Table 1:** Evolution of the salaries of basic education teachers – Public schools.

UF	2003	2004	2004/2003	2005	2005/2004	2006	2006/2005	2006/2003
Pernambuco	718	727	1,3	768	5,6	831	8,2	15,7
Ceará	678	734	8,3	759	3,4	866	14,1	27,7
Paraíba	708	706	-0,3	814	15,3	906	11,3	27,9
Alagoas	626	713	13,9	823	15,6	955	16,1	52,7
Bahia	666	715	7,3	805	12,6	957	18,9	43,6
Tocantins	825	852	3,3	904	6,1	986	9,1	19,5
Piauí	531	694	30,7	794	14,4	1008	26,9	89,9
Maranhão	723	805	11,4	809	0,5	1013	25,2	40,1
Rio Grande do Norte	766	702	-8,3	799	13,8	1018	27,4	32,9
Pará	869	841	-3,1	899	-6,8	1046	16,5	20,4
Espírito Santo	841	1121	33,2	1017	-9,3	1068	5,1	26,9
Minas Gerais	971	989	1,8	1121	13,4	1119	-0,2	15,2
Goiás	724	974	34,6	1126	15,6	1165	3,4	60,9
Amazonas	970	1045	7,7	1063	1,8	1274	19,8	31,4
Santa Catarina	911	987	8,3	1191	20,7	1274	6,9	39,9
Mato Grosso	935	1102	17,8	1192	8,1	1291	16,7	48,7
BRASIL	984	1068	8,6	1158	8,4	1369	18,2	39,2
Rondônia	960	1009	4,1	1055	4,6	1395	32,3	43,9
Rio Grande do Sul	1110	1129	1,8	1234	9,3	1415	14,7	27,6
Paraná	1009	1380	36,8	1225	-11,2	1483	21,1	47,1
Mato Grosso do Sul	908	1098	20,9	1249	13,8	1508	20,7	66,1
Acre	922	1240	34,4	1196	-3,5	1597	33,5	73,1
Amapá	1287	1261	-2,1	1912	51,6	1747	-8,6	35,7
São Paulo	1256	1246	0,7	1550	24,3	1767	14,1	40,7
Roraima	1322	1549	17,2	1766	14,1	1790	1,4	35,4
Sergipe	805	1057	31,3	1040	-1,7	2012	93,6	149,9
Rio de Janeiro	1562	1561	0,1	1620	3,8	2108	30,1	34,9
Distrito Federal	1744	2030	16,4	2332	14,9	3371	44,6	93,3

Obs.: Renda do trabalho principal padronizado para 40 horas semanais. Fonte: PNAD/IBGE. Tabulação: INEP/MEC.

dos mil reais de salário médio (Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia, Tocantins), sendo cinco nordestinos e um nortista. A situação de Pernambuco parecia fortemente deprimente: além de o salário médio ter crescido no período apenas 15,7%, não passava de R\$ 831,00. Na outra ponta, o salário médio do Distrito Federal de R\$ 3.371,00 parecia coisa do outro mundo, tamanha era a distância para com as médias menores: o salário médio de Pernambuco perfazia apenas 24% daquele do Distrito Federal. Tem-se a impressão que não se trata de dois estados do mesmo país! A média nacional, no entanto, evoluiu razoavelmente: mais de duas vezes a inflação, ou seja, 39,2%.

O panorama nacional apresenta-se, assim, marcado por incrível heterogeneidade de situações, indicando políticas educacionais marcadamente dispare. Possivelmente, ação sindical docente pode ter papel importante, em especial em casos como Sergipe e Distrito Federal, enquanto em outros estados talvez a pressão sindical seja pífia ou nula. Uma pesquisa da Unesco de 2004 constatou que a participação sindical habitual estaria por volta de apenas 15%, uma cifra extremamente exígua para profissionais dedicados à cidadania popular (Unesco, 2004). Esta percepção poderia ser reforçada no caso de Sergipe: embora sendo um estado nordestino, foi o que mais cresceu, apresentando uma

cifra estupefaciente de 149,9%: o salário médio que era de R\$ 805,00 em 2003, saltou para R\$ 2.012,00 em 2006. A configuração desta Tabela 1 insinua que se estaria formando no país uma certa elite de estados, tamanha é a distância já interposta: apenas três estados tinham salário médio acima de 2 mil reais, sendo que um deles tinha bastante acima de 3 mil reais.

Cabe perguntar: um salário por volta de 3 mil reais é alto? Olhando do ponto de vista de Pernambuco, não seria apenas alto, mas demasiado, fantasioso... No entanto, também é possível argumentar que professor, por sua importância na formação básica das crianças e adolescentes, sem falar na qualidade de sua profissão, deve ganhar bem, em nome da dignidade social da qual deve ser representante e arquiteto inequívoco. Professor não pode estar entre os "excluídos", porque isto inverte sua relevância social, tornando-o ironia ambulante. Por que razão as crianças procurariam uma escola na qual seu professor tem cara de excluído? A própria presença deste professor seria a contraprova de que educação não tem relevância. É sempre difícil dizer o que seria salário digno, também porque as necessidades e aspirações humanas são infinitas. Tomando, porém, em conta como se define constitucionalmente o salário mínimo, os cálculos o colocariam não muito longe dos dois mil reais mensais. Neste sentido, um salário de R\$ 3.371,00 não iria muito além de dois salários mínimos decentes. Têm razão os professores do Distrito Federal de lutar por seus salários. Obviamente, na comparação com outros estados, a soma discrepa violentamente. Mas faria menos sentido ainda depreciar as conquistas só porque outros não as conseguem...

Comparando-se os salários médios estaduais e municipais encontramos outras tantas discrepâncias que ressaltam a fraqueza dos municípios, embora haja exceções (Tabela 2). Primeiro, todas as médias salariais estaduais estavam já, em 2006, acima dos mil reais. Segundo, 13 estados acusavam ainda médias salariais municipais inferiores a 1 mil reais, todos do norte e nordeste. A menor média municipal achava-se em Ceará, com R\$ 742,00, seguindo-se Pernambuco, com R\$ 765,00, e Tocantins, com R\$ 792,00 (abaixo dos 800 reais). A maior média municipal encontrava-se em Rio de Janeiro, com R\$ 2.005,00, a única acima dos 2 mil reais. A seguinte, de R\$ 1.684,00, aparecia em São Paulo, mas estava bastante abaixo da de Rio de Janeiro.

Observando-se as diferenças para menos das médias municipais, nota-se que a segunda maior delas, de 51,9%, ocorria em Sergipe (R\$ 1.271,00 contra R\$ 2.644,00), revelando que as conquistas salariais são mais próprias dos professores estaduais (a maior média salarial do país)⁴, não tanto dos municipais. Mesmo assim, era digno de nota que a média municipal de Sergipe representava o 6º melhor lugar no país. Neste rol de estados com médias municipais consideráveis estavam, ao lado de Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, também Roraima (da região norte) e Mato Grosso do Sul (da região centro-oeste). A maior diferença para menos ocorreu, em 2006, em Rondônia, com 54,3%: R\$ 851,00 contra R\$ 1.863,00. Na média nacional, a diferença para

menos da média municipal esteve em quase 30%, o que seria, por si, uma diferença muito exagerada. Há, pois, como regra, uma distância excessiva entre as médias estaduais e municipais.

No entanto, existem exceções. A maior delas ocorre no Rio Grande do Sul, onde a média municipal se alocava 8,6% acima da estadual, único caso no país. Esta situação poderia nos levar a especular sobre a força dos municípios em termos de cidadania e valorização docente. Embora a média salarial de R\$ 1.473,00 não fosse vistosa, a estadual, de R\$ 1.356,00, era menos ainda. Em Espírito Santo as médias se equivaliam, com R\$ 1.068,00, sugerindo que neste estado também a movimentação sindical dos municípios parecia contundente. Na prática, esta média estava apenas um pouco acima dos mil reais, não representando ainda ganhos notáveis.

Tomando em conta que cabe aos municípios a educação infantil e fundamental (em especial a primeira parte do ensino fundamental), tais diferenças revelam que as condições municipais de oferta não são levadas a sério. Tendo em vista que o início é estratégico (alfabetizar-se bem seria condição capital para o êxito posterior), esta situação municipal revela desafios ingentes pela frente. Se por volta de 20% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental, em língua portuguesa, não sabiam, em 2003, quase nada (no nordeste seriam por volta de 30%), percebe-se que a precariedade da educação inicial compromete, em geral de maneira irreparável, os anos seguintes (Demo, 2004a). Na verdade, entre salários estaduais e municipais deveria haver relativa paridade, ou pelo menos tendência à paridade, tendo em vista a qualidade da educação a ser oferecida. Ainda há o problema de que muitos professores municipais dos interiores são normalistas (possuem formação média), o que sempre é motivo para salários menores. Com o tempo, porém, exigindo-se ademais nível superior de todos os docentes sem exceção, a tendência à paridade salarial deveria ser a regra.

No entanto, como indica a Tabela 3, disparidades salariais coalham a cena nacional em tons tão fortes que parecem sarcásticos. Tomando como ponto de comparação o salário médio do Distrito Federal, de R\$ 3.371,00 em 2006, e calculando a diferença para as outras médias nacionais, vê-se, desde logo, que a segunda maior média nacional, a do Rio de Janeiro, de R\$ 2.108,00, representava apenas 63%. Esta distância já parece absurda. Tratando-se de Brasília, a imagem mais corrente é que se trata de uma ilha da fantasia, aliada a estereótipos empurrados pelos parlamentares, dignitários do executivo e judiciário, técnicos sofisticados públicos, a corte política em geral, condensados facilmente na visão popular de que se trabalha pouco ou nada e ganha-se o que não se merece. Há muita injustiça em tais estereótipos, obviamente, mas não se poderia encobrir que a própria discrepância da média salarial dos professores é uma insinuação ostensiva. São Paulo, o estado mais rico do país, apresentava apenas a 5ª média salarial, com R\$ 1.767,00. Convenhamos que era muito baixa, em especial tratando-se do estado de São Paulo, representando

⁴ Distrito Federal não consta, porque sua rede é única e em grande parte financiada pelo governo federal.

Tabela 2: Salário médio (em R\$) de professores da educação básica estadual e municipal.

Table 2: Average salary (in R\$) of basic education teachers at state and municipal level.

UF	Estadual	Muni- cipal	Diferença a menos – %
Ceará	1198	742	38,1
Pernambuco	1006	765	24,1
Tocantins	1194	792	33,7
Rio Grande do Norte	1610	814	49,5
Paraíba	1030	826	19,2
Piauí	1233	835	32,3
Bahia	1300	850	34,6
Rondônia	1863	851	54,3
Maranhão	1564	885	43,4
Pará	1466	887	39,5
Goiás	1418	892	37,1
Alagoas	1058	903	14,7
Amapá	1910	996	47,9
Minas Gerais	1210	1021	15,6
Acre	1826	1061	41,9
Espírito Santo	1068	1067	0,1
Amazonas	1458	1120	23,2
Mato Grosso	1730	1123	35,1
BRASIL	1647	1160	29,6
Paraná	1991	1173	41,1
Santa Catarina	1367	1177	13,9
Sergipe	2644	1271	51,9
Mato Grosso do Sul	1732	1303	24,8
Roraima	1856	1336	28,1
Rio Grande do Sul	1356	1473	(8,6 a mais)
São Paulo	1840	1684	8,5
Rio de Janeiro	2252	2005	18,1

Obs.: Renda do trabalho principal padronizado para 40 horas semanais. Distrito Federal não consta, por ter apenas uma rede.

Fonte: PNAD/IBGE. Tabulação: INEP/MEC.

apenas 52% da média do Distrito Federal. Como já aventado, em favor do Distrito Federal, há que se dizer que o custo de vida é bastante alto, a estrutura salarial está entre as melhores do país, sem falar que a ambiência política permite negociações salariais mais expressivas. Desempenha papel importante nisso também a parte expressiva do orçamento do Distrito Federal custeada pela União, uma herança típica de uma capital que se tornou "unidade da federação". Por tudo que se diga e sem retirar os méritos das conquistas dos docentes da capital federal, o que incomoda não é que se possa ganhar melhor, mas que tantos outros docentes ganhem tão pouco.

De fato, a média salarial de Pernambuco correspondia a apenas 24% daquela do Distrito Federal, uma diferença escabrosa. Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia e Tocantins apresentavam médias

salariais abaixo dos 30% daquela do Distrito Federal. Deveria ser inacreditável que tal ocorresse, uma vez que o professor de Pernambuco é tão professor quanto o do Distrito Federal. Provavelmente os docentes da capital federal estão mais bem titulados, talvez já quase não existam normalistas na rede e a maioria detenha especialização pelo menos, mas, mesmo assim, a distância mais parece de dois países antípodas. Por exemplo, Sergipe ocupava, em 2006, a terceira posição de maior média salarial, mas esta média não era mais que 60% daquela do Distrito Federal. Não se postula aqui "isonomia" salarial, porque, na vida de professor, mérito também deve ser levado em conta, por mais que seja complicado definir o que seria, afinal, mérito. Por exemplo, seria aceitável que uma normalista ganhe menos que um graduado, ou que um mestre ganhe mais que um graduado. Mas esta diferença precisa manter-se em termos, não dentro de discrepâncias ostensivamente abusivas. De todos os modos, docentes não podem rondar os patamares do salário mínimo ou coisa parecida. Devem postar-se na sociedade como representantes inequívocos da dignidade social, de cuja construção são artífices cruciais.

Observando que a média salarial do país era de R\$ 1.369,00, apenas 41% da média do Distrito Federal, percebe-se que distorções na remuneração ainda são a regra. Ainda que a média do Distrito Federal nada tenha de absurdo, desgarrou-se nitidamente do contexto nacional. No entanto, em vez de considerá-la abusiva, trata-se de motivar os outros estados a se aproximarem deste patamar.

A Tabela 4 busca comparar os professores de educação básica com outros trabalhadores não professores, mostrando que a situação dos docentes teria melhorado em geral. Na categoria dos outros profissionais, entram todos os trabalhadores, qualificados ou não, o que torna esta comparação menos expressiva. Mas é pertinente perceber que os docentes apresentavam médias salariais, em geral, bastante acima da média geral da população trabalhadora. Para o Brasil, a média salarial docente estava 57,4% acima daquela dos outros trabalhadores, o que já indicava distância notável. A maior distância verificou-se em Sergipe, porque, tendo subido a média docente de maneira vertiginosa, a média dos trabalhadores em geral era de apenas 26,8%. Ao mesmo tempo, pode-se observar que estados maus pagadores dos docentes também pagam muito mal os trabalhadores em geral: o salário médio dos trabalhadores em geral em Pernambuco era de apenas 59,6% frente ao salário médio docente, o do Ceará de 47,7%, o de Paraíba de 53,9%, o de Alagoas de 51,6%, o da Bahia de 50,3%, o de Tocantins de 62,2%.

No caso do Distrito Federal, que tinha a maior média salarial do país (R\$3.371,00), o salário médio dos outros trabalhadores representava 51,6%. Esta condição salarial poderia lançar alguma luz sobre a ironia de loschpe (2004, p. 170) em torno da remuneração docente, sem ter que apelar para comparações com pessoas que vivem em favelas ou abrigos públicos. A profissão docente continua detendo certa atração na população trabalhadora, afastando de alguma forma a alegação ainda comum de que se trata de profissão marcada pela "seleção negativa". Existe certamente

Tabela 3: Salário médio (em R\$) de professores de educação básica.
Table 3: Average salary (in R\$) of basic education teachers.

UF	2006	2006=100
Distrito Federal	3371	100
Rio de Janeiro	2108	63
Sergipe	2012	60
Roraima	1790	53
São Paulo	1767	52
Amapá	1747	52
Acre	1597	47
Mato Grosso do Sul	1508	45
Paraná	1483	44
Rio Grande do Sul	1415	42
Rondônia	1395	41
BRASIL	1369	41
Mato Grosso	1291	38
Amazonas	1274	37
Santa Catarina	1274	37
Goiás	1165	35
Minas Gerais	1119	33
Espírito Santo	1068	32
Pará	1046	31
Rio Grande do Norte	1018	30
Maranhão	1013	30
Piauí	1008	30
Tocantins	986	29
Bahia	957	28
Alagoas	955	28
Paraíba	906	27
Ceará	866	25
Pernambuco	831	24

Obs.: Renda do trabalho principal padronizada para 40 horas semanais.
 Fonte: PNAD/IBGE. Tabulação: INEP/MEC.

seleção negativa (nem sempre os melhores são atraídos), porque as remunerações continuam baixas em geral. É, de todos os modos, importante que o professor se destaque.

Tomando em conta dois Estados que apresentavam maior equilíbrio – a média salarial dos outros trabalhadores em Santa Catarina era 76,1% da média docente, e em São Paulo de 60,9% – pode-se especular se se trata propriamente de equilíbrio, ou de baixa remuneração em ambos os casos. Em Santa Catarina, a média salarial docente era de apenas R\$ 1.274,00, e em São Paulo, mesmo detendo a 6ª maior média nacional, era de apenas R\$ 1.767,00. Não faria sentido prender os docentes em patamares baixos, elevando a remuneração em geral dos trabalhadores.

A Tabela 5 compara – de maneira mais compatível, certamente – os professores com nível superior completo ou

Tabela 4: Salário médio (em R\$) de professores de educação básica (A) e exceto professores (B).

Table 4: Average salary (in R\$) of basic education teachers (A) and of non-teachers (B).

UF	2006 (A)	2006 (B)	(B)/(A)
Distrito Federal	3371	1738	51,6
Rio de Janeiro	2108	1063	50,4
Sergipe	2012	540	26,8
Roraima	1790	881	49,2
São Paulo	1767	1076	60,9
Amapá	1747	741	42,4
Acre	1597	627	39,3
Mato Grosso do Sul	1508	780	51,7
Paraná	1483	852	57,5
Rio Grande do Sul	1415	787	55,6
Rondônia	1395	792	56,8
BRASIL	1369	786	57,4
Mato Grosso	1291	833	64,5
Amazonas	1274	729	57,2
Santa Catarina	1274	969	76,1
Goiás	1165	760	65,2
Minas Gerais	1119	694	62,1
Espírito Santo	1068	723	67,7
Pará	1046	526	50,3
Rio Grande do Norte	1018	589	57,9
Maranhão	1013	451	44,5
Piauí	1008	390	38,7
Tocantins	986	613	62,2
Bahia	957	481	50,3
Alagoas	955	493	51,6
Paraíba	906	488	53,9
Ceará	866	413	47,7
Pernambuco	831	495	59,6

Obs.: Renda do trabalho principal padronizado para 40 horas semanais.
 Fonte: PNAD/IBGE. Tabulação: INEP/MEC.

incompleto (rede pública não-federal) com outros profissionais que apresentam a mesma condição de qualificação.

Este tipo de comparação faz insinuações interessantes, talvez até surpreendentes. Primeiro, há muitos casos em que os docentes ganham bastante menos, quando comparados com outros dotados de formação similar. Isto visivelmente coloca a questão da seleção negativa: em paridade de condições, prefere-se outra profissão, não a docente. Ou, colocando-se de outro modo: se o desafio for enfrentar um curso superior, a atração da pedagogia e das licenciaturas certamente é bastante menor. Tomemos o caso de Pernambuco, que pagaria a menor média salarial nesta circunstância (R\$ 947,00): a média docente cresceu apenas 10,4% entre 2003 e 2006. Profissionais com formação similar tinham média salarial 139,6% acima da docente (R\$ 2.174,00), com crescimento no período de 41,4%. Difícilmente se

Tabela 5: Salário médio de professores da educação básica com nível superior completo ou incompleto, rede pública não-federal (A), e profissionais com nível superior completo e incompleto, exceto professores da educação básica (B).

Table 5: Average salary of basic education teachers with complete or incomplete higher education of the non-federal public schools (A) and professionals with complete or incomplete higher education, with the exception of basic education teachers (B).

UF	(A)*	2006/ 2003	(B)*	2006/ 2003	(B)/(A)
Pernambuco	947	10,4	2174	41,4	139,6
Ceará	952	22,6	1922	29,8	101,9
Paraíba	961	29,1	2428	49,9	152,7
Alagoas	1066	43,7	2854	56,1	167,7
Piauí	1092	95,2	2304	33,6	110,9
Maranhão	1120	6,1	2892	46,9	158,2
Tocantins	1157	18,2	2736	42,1	136,5
Espírito Santo	1158	30,7	1952	20,9	68,6
Bahia	1174	37,6	2339	6,3	99,2
Minas Gerais	1183	9,8	2135	20,4	80,5
Rio Grande do Norte	1233	27,9	2613	58,5	111,9
Goiás	1256	58,1	1945	22,7	54,9
Pará	1263	28,3	2011	14,4	59,2
Amazonas	1292	22,1	3336	74,2	158,2
Santa Catarina	1340	38,7	2602	40,2	94,2
Rio Grande do Sul	1476	25,3	2136	10,1	44,7
Mato Grosso	1483	50,8	2788	31,9	87,9
BRASIL	1529	35,3	2428	15,6	58,8
Rondônia	1560	52,3	2591	55,4	66,1
Mato Grosso do Sul	1568	70,4	1936	6,4	23,5
Paraná	1605	46,9	2326	38,5	44,9
São Paulo	1833	37,7	2449	3,6	33,6
Amapá	1902	49,8	1952	-4,4	2,6
Acre	1948	117,1	2427	41,6	24,6
Roraima	2031	33,8	2657	36,1	30,8
Sergipe	2258	139,2	2171	28,7	96,1
Rio de Janeiro	2342	34,1	2710	11,9	15,7
Distrito Federal	3552	95,7	4099	28,1	15,4

Obs.: Renda do trabalho principal padronizada para 40 horas semanais.

* Média do grupo é de aproximadamente 14 anos de escolaridade. Fonte: PNAD/IBGE. Tabulação: INEP/MEC.

foge à constatação de que os docentes são ostensivamente maltratados. Havia ainda dois estados onde as médias não chegam a 1 mil reais, além de Pernambuco: Ceará e Paraíba (nordestinos, por sinal). Na Paraíba, a média dos outros profissionais estava 152,7% acima, tendo crescido no período 49,9%.

Segundo, esta comparação permite entender melhor a posição do Distrito Federal. Embora seja a mais elevada do país (neste caso, a média era de R\$ 3.552,00), estava 15,4% abaixo da média dos outros profissionais similares. Nota-se, porém, processo

de franca recuperação: o crescimento da média docente no período foi de 95,7%, muito expressivo, enquanto o da média dos outros profissionais similares ficou em 28,1%. Observando o Brasil como um todo, a média dos outros profissionais similares estava 58,8% acima da docente, indicando que docente não é tratado de maneira similar, ainda que tenha formação similar, sem falar em sua importância estratégica. Pode consolar um pouco que o crescimento no período da média docente foi de 35,3% e da dos outros profissionais similares de 15,6%.

Estados com menor disparidade eram, em primeiro lugar, Amapá (a média dos outros profissionais similares estava apenas 2,6% acima), seguindo-se Distrito Federal (15,4%) e Rio de Janeiro (15,7%). Havia, porém, nove estados com taxas acima de 100%, o que indicaria, certamente, desprezo ao docente. Podem chamar a atenção, ainda, dois casos: em Maranhão, o crescimento da média salarial docente foi de 6,1%, enquanto a dos outros profissionais similares foi de 46,9%; em Minas Gerais, a média salarial docente cresceu 9,8%, e a dos profissionais similares 20,4%. Parece claro que existiria pressão contra a melhoria salarial docente. Nem sempre será apenas má vontade política. Pode ocorrer que os docentes não se organizem adequadamente em defesa de suas causas ou o façam de modo amador (por exemplo, quando as greves se tornam "curriculares", além de, na tendência geral, nada de importante se resolver, isto contribui para o desgaste crescente dos docentes).

A Tabela 6 mostra a evolução das médias salariais comparada com a evolução da inflação entre 2003 e 2006. Nota-se que, no período entre 2003 e 2006, quando a inflação foi de 17,33%, os salários de professores com 12 anos de escolaridade ou mais cresceram 35,32%, e o dos não professores na mesma situação apenas 15,60%. Nesta comparação, os docentes tiveram mais que o dobro de taxa de crescimento. Na comparação mais geral (entre professores e não-professores), os docentes levam alguma vantagem também: seus salários cresceram 39,19%, o dos outros 29,08%. Aparece, assim, a tendência de melhor remuneração para melhor qualificação, o que viria a favorecer os docentes mais bem qualificados. Ao lado disso, manifesta-se alguma propensão de os salários docentes crescerem mais que outros salários. É muito cedo para prenunciar uma virada, mas é boa-nova.

Desafio da aprendizagem

Todavia, persiste uma nova má, já cansativa: o desafio da aprendizagem está longe de ser adequadamente enfrentado. Segundo os dados disponíveis (Saeb), continuamos, em geral, em queda, em especial na 3ª série do ensino médio e também na 8ª série do ensino fundamental, uma queda que parece também afetar a escola particular (Demo, 2007). Muitos hão de se perguntar, em especial quem tem faro neoliberal, por que a aprendizagem prossegue caindo, se os professores estariam ganhando melhor?

É espinhosa esta questão, ideologicamente explosiva e apta a instilar todas as provocações possíveis. Abordo-a aqui com o objetivo exclusivo de mostrar a importância de os docentes terem remunerações dignas, sem, no entanto, empurrar para debaixo do

Tabela 6: Taxa de inflação e crescimento dos salários médios entre 2003 a 2006

Table 6: Inflation rate and increase of average salaries from 2003 to 2006.

Taxas de crescimento	set./2004– set./2003	set./2005– set./2004	set./2006– set./2005	set./2006– set./2003
IPCA	6,70	6,04	3,70	17,33
Salários professores	8,68	8,42	18,19	39,19
Salário não-professores	5,64	9,53	11,56	29,08
Salário professores com 12 anos de escolaridade ou mais	5,74	10,52	15,79	35,32
Salário dos não-professores com 12 anos de escolaridade ou mais	2,92	6,77	5,20	15,60

Fonte: IBGE. Tabulação: INEP/MEC

tapete a parte que toca ao docente no que diz respeito à precariedade da aprendizagem. O aluno aprende mal por inúmeras razões, muitas delas externas à escola e sobre as quais a escola tem pouca ou nenhuma influência, como pobreza familiar, corrupção dos recursos, políticas educacionais de fachada, neoliberalismo, etc. Existem, obviamente, razões internas à escola. Os alunos podem não aprender bem porque a escola não está à altura dos direitos discentes: funciona mal, não tem os equipamentos adequados, a direção é inábil, os docentes mal preparados e/ou descompromissados, condições de trabalho são impróprias, contando-se entre estas maus salários. Assim como não se pode imunizar o professor (seria apenas impunidade), não se pode crucificá-lo, porque, sendo parte deste sistema que parece tão inepto, é peça da engrenagem apenas. Ainda, as condições de trabalho são, freqüentemente, inadequadas, por exemplo: salas repletas, indisciplina discente, falta de apoio e de material didático, ambiente degradado, mau funcionamento da escola, desinteresse das famílias, etc. Não se trata, pois, de "moralizar" o professor, não só porque seria "moralismo" barato, mas principalmente porque não lhe cabe carregar esta cruz sozinho, jamais.

Não se pode, por outra, vincular mecanicamente salário docente e aprendizagem discente, porque esta relação não é linear. É de extrema complexidade. Na mente de muitos será comum surgir a idéia de uma relação linear: se o professor ganha mais, o aluno teria que aprender melhor. Para dar conta, pelo menos tentativamente, de tamanha complexidade, aduzo alguns argumentos ou ponderações:

(a) O ser humano não funciona apenas através da moti-

vação financeira (Benkler, 2006), ainda que esta seja considerada, no mercado liberal, a mais relevante, para não dizer fatal; há professores que assumiram esta profissão por vocação e a exerceriam com primor, mesmo sendo mal remunerados; alguns vão falar de "sacerdócio" ou coisa parecida, o que já cheira a moralismo, porque a visão mais adequada é certamente a "profissional", ou seja, competência profissional, e esta implica não só vocação, sacerdócio, mas qualidade formal e política;

(b) O fato de muitos docentes se esfalfarem na escola, mesmo mal pagos, não pode servir de gancho para desprezar a questão salarial, já que salário só não é importante para quem ganha bem; vida docente como sacrifício não condiz com a importância estratégica da educação; assim, mesmo que não se possa vincular mecanicamente salário e aprendizagem, é imprescindível que professor leve vida decente, digna, muito distante da mera luta pela sobrevivência;

(c) Como as remunerações, na regra, ainda não condizem com as necessidades e a dignidade docente, a má aprendizagem dos alunos não pode ser usada como contra-argumento, tanto porque não decorre apenas de pretensa má atuação docente, quanto porque uma indignidade não justifica outra; leve-se ainda em conta que, sendo os salários muito insuficientes em muitos casos, sua elevação não poderia repercutir em mudanças mais profundas no profissionalismo docente; por exemplo, salários abaixo de mil reais mensais não permitem vida digna; neste caso, se o salário fosse aumentado para mil e cem reais, não teria impacto na aprendizagem do aluno, pelo menos não imediatamente;

(d) Como o próprio Ioschpe (2004, p. 125) aceita, "talvez não haja diferença entre pagar US\$ 4.000 ou US\$ 5.000 por mês a um professor, mas quando a diferença é entre R\$ 500 e R\$ 1.000 é possível que a coisa mude de figura"; no primeiro caso, o aumento foi de 25%; já no segundo, de 100%; mesmo assim, 1 mil reais não é remuneração aceitável: embora possa causar enorme impacto na vida do docente que vê sua remuneração muito acrescida, o aumento de salário pode não atingir em nada sua qualidade ou falta de qualidade docente;

(e) Sendo qualidade docente algo muito complexo, não depende só de renda; pagar melhor a um professor mal preparado não traria benefício ao aluno, a menos que se incluía formação melhor e outras exigências da qualificação profissional; muitas vezes ocorre diálogo de surdos: neoliberais reclamam azedamente que pagar melhor não adianta, pois a aprendizagem continua caindo; docentes afirmam astuciosamente que sua qualidade docente só melhora com salário elevado; é preciso saber justificar a melhoria salarial também por outras razões, em especial acesso à dignidade social, para não ter que conviver com o constrangimento de, de um lado, merecer ganhar melhor, e, de outro, ver a aprendizagem cair;

(f) Os movimentos sindicais facilmente defendem apenas salários docentes, sem defender o direito do aluno de aprender bem; a longo prazo é um beco sem saída, porque a sociedade dificilmente vai tolerar uma escola decaída com elevação constante de salário docente; a melhoria salarial – que precisa continuar e apressar o passo – vai implicar, mais cedo ou mais tarde, a co-

brança da sociedade, até mesmo por coerência educacional: uma população mais bem educada exige seus direitos;

(g) Os sistemas educacionais, em geral, não cuidam dos docentes minimamente; não só pagam mal, como também não oferecem oportunidades de formação permanente, capazes de impactar a aprendizagem dos alunos; "empurra-se com a barriga", através de aumentos irrisórios de salário e de ofertas ineptas de formação permanente, quase sempre reduzidas a "semanas pedagógicas" tipicamente instrucionistas; é cômodo para o sistema justificar maus salários através de aprendizagem precária, deixando tudo como está;

(h) Duas ponderações ainda: (i) melhoria salarial é fundamental para estabelecer a tendência à seleção positiva; (ii) enquanto salário impacta imediatamente a vida docente, outras iniciativas, em especial qualificação docente, agem apenas no longo prazo; não cabe, pois, esperar o mesmo impacto imediatamente.

Avaliando alguns dados sobre o desempenho escolar, podemos calibrar um pouco melhor esta análise. A Tabela 7 mostra médias de proficiência em língua portuguesa e matemática nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio, para 2005. Tomando-se em conta que a proficiência esperada na 4ª série seria de 200 pontos, na 8ª série de 300 pontos e na 3ª série de 350 pontos, percebe-se que o desempenho era muito baixo. Observando-se as cifras para o Brasil, as médias são ostensivamente precárias, agravando-se nas regiões nordeste e norte. Nas regiões mais desenvolvidas (sudeste, sul e, em parte, centro-oeste), as cifras são mais elevadas, mas também muito insatisfatórias. A tendência parece ser: aprende-se mal na 4ª série, pior ainda na 8ª série e ainda pior na 3ª série, o que indicaria que os problemas vão se acumulando à medida que se avança nas séries. Uma das razões é que, começando-se muito mal a alfabetização, fica difícil, depois, recuperar o ritmo.

Pingando o Distrito Federal, onde existe a maior média salarial do país, os dados são mais elevados que em outros estados, como regra: tinha a maior média de proficiência na 4ª série, tanto em língua portuguesa, quanto em matemática; idem para a 8ª série; já na 3ª série apareciam concorrentes, em especial Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em qualquer circunstância, as médias eram baixas, a par de declinantes a partir de 1995 (na Tabela aparecem apenas dados para 2005). Em Rio Grande do Norte, a média de proficiência na 4ª série, língua portuguesa, foi de apenas 150,8 pontos; em matemática, de 159,0 pontos; ambas as mais baixas do país. A precariedade é mais gritante nas regiões mais pobres, como se haveria de esperar, mas nas regiões mais ricas a situação estava muito longe de satisfatória. Ou seja, aprende-se mal no país inteiro, e, como se isto não bastasse, parece que a proficiência estaria piorando (pelo menos até 2005).

O hiato visível entre regiões mais ricas e mais pobres aparece nos dados: nordeste e norte estão sempre abaixo da média nacional. O desempenho do sudeste, porém, sendo a região mais rica, também era pífio, não escapando disso São Paulo e Rio de Janeiro, em especial na 3ª série do ensino médio (língua portuguesa e matemática).

A Tabela 8 propõe o *ranking* das médias de proficiência, no caso da 4ª série. Este tipo de arranjo dos dados permite visualizar mais de perto a complexidade da situação, em particular sua ambigüidade. De um lado, há coerência entre maus salários e baixo desempenho discente, já que, em geral, onde se paga mal o docente, também há baixa proficiência dos alunos. Os seis estados com média salarial mais baixa (Tabela 3), Tocantins, Bahia, Alagoas, Paraíba, Ceará e Pernambuco, constam, na Tabela 8, também entre os que tinham menor desempenho. De outro, porém, vê-se logo que esta lógica não é perfeita. Pernambuco estava no 9º lugar em proficiência, embora fosse o primeiro com pior média salarial. Rio Grande do Norte era o 9º estado com pior média salarial (já um pouquinho acima dos mil reais), mas o primeiro em pior média de proficiência.

No entanto, a unidade federada que acusava melhor média salarial (Distrito Federal) também tinha o melhor desempenho (língua portuguesa e matemática), ainda que este desempenho não fosse muito diferente do de Minas Gerais (língua portuguesa e matemática), embora a média salarial deste estado fosse mais de três vezes menor (R\$ 1.119,00, contra R\$ 3.371,00). Esta comparação indica, com certa força, que salário, ao mesmo tempo, pode ajudar o desempenho, mas não necessariamente. A posição de Minas Gerais impressiona tanto pelo bom desempenho (relativamente, é claro), quanto pela baixa média salarial.

O caso talvez mais gritante seja o de Sergipe. Ocupando o 3º lugar na média salarial (um pouquinho acima dos dois mil reais), tinha apenas a 15ª melhor posição no desempenho em língua portuguesa (163,8 pontos) e a 16ª melhor posição no de matemática (171,5 pontos). Aparentemente, a média salarial foi vertiginosamente aumentada "em vão". Na verdade, a expressão "em vão" não cabe, primeiro, porque a média salarial é ainda muito baixa, se levarmos em conta os reclamos da dignidade docente, e, segundo, porque seria impróprio esperar que apenas o crescimento da média salarial fosse suficiente para fazer de docentes, digamos, comuns, docentes excepcionais, em termos de qualidade profissional. O aumento da média salarial precisa vir acompanhada de outras ações não menos importantes e cujo impacto é de longo prazo. Mas já é muito importante que os docentes ganhem melhor.

A Tabela 9 refere-se ao *ranking* das médias de proficiência na 8ª série (língua portuguesa e matemática), mantendo a 1ª posição em desempenho o Distrito Federal. Pernambuco aparece com o 2º pior desempenho em língua portuguesa, mas em 7º em matemática. Tomando em conta que a distância, no desempenho em língua portuguesa, era de apenas 37 pontos (247,0 pontos no Distrito Federal e 210,0 pontos em Alagoas), pode-se aventar que se aprende mal em todos os estados, independentemente do que se paga aos professores. Esta hipótese seria secundada ainda pelo fato de que Rio de Janeiro e Sergipe, dotados de altas médias relativas salariais, tinham desempenho medíocre. Levando-se em conta que Mato Grosso do Sul acusava o 4ª melhor desempenho em língua portuguesa, indicaria que outros fatores, para além de salário, merecem atenção no desempenho. Em matemática, o desempenho de Mato Grosso do Sul ficou em 7º lugar, e ainda assim à frente de São Paulo. O caso de São Paulo talvez seja tam-

bém "paradigmático": tinha, em língua portuguesa, a 6ª posição e, em matemática, a 9ª. Neste estado, algo parece às avessas: é o estado mais rico, mas paga mal (o 5º com melhor média salarial, de R\$ 1.767,00); é o estado mais desenvolvido em termos de oferta universitária, mas com desempenho docente fraco.

O menor desempenho ficou com Alagoas em língua portuguesa e com Maranhão em matemática. Pernambuco apresentou o 2º pior desempenho em língua portuguesa, mas o 7º em matemática. Sergipe era sempre o estado nordestino mais bem colocado, em especial em matemática, o que levaria a valorizar o aumento da média salarial.

A Tabela 10 reporta-se à 3ª série do ensino médio, tendo

como primeira mudança a tomada da dianteira por Rio Grande do Sul (língua portuguesa e matemática), expressivamente acima do 2º lugar, ocupado aqui pelo Distrito Federal. Lembre-se que a média salarial deste estado foi de R\$ 1.415,00 (10º lugar apenas), valendo lembrar que era o único estado com média municipal melhor que a estadual. Esta média estava 2,3 vezes abaixo daquela do Distrito Federal. É surpreendente igualmente notar que Mato Grosso do Sul comparecia em 3º lugar no desempenho em língua portuguesa, e no 6º lugar em matemática. São Paulo continuava em posição desconfortável (8ª posição em língua portuguesa e matemática), sendo ainda mais desconfortável a posição de Rio de Janeiro: dono da segunda melhor média salarial, aparecia em

Tabela 7: Médias de proficiência em língua portuguesa e matemática, 2005.

Table 7: Average proficiency in Portuguese and mathematics, 2005.

UF	LP/4a EF	LP/8a EF	LP/3a EM	M/4a EF	M/8a EF	M/3a EM
BRASIL	175,5	231,7	257,1	185,7	239,4	270,7
Norte	163,8	225,7	241,9	169,9	226,6	250,1
Rondônia	166,6	232,9	257,7	173,7	240,4	271,1
Acre	172,5	228,2	252,6	174,0	226,7	257,1
Amazonas	163,0	217,5	230,6	175,0	218,6	241,2
Roraima	165,9	224,5	256,9	174,4	228,1	268,5
Pará	163,5	231,2	243,2	167,0	230,1	248,7
Amapá	159,6	223,2	253,2	165,2	225,0	260,3
Tocantins	162,1	219,6	24,05	167,2	221,2	253,6
Nordeste	159,1	219,4	245,5	166,5	225,2	257,3
Maranhão	155,7	218,5	230,3	161,8	218,4	238,2
Piauí	156,9	220,6	247,5	162,2	228,3	256,9
Ceará	163,8	217,9	257,3	165,6	225,5	265,2
Rio Grande do Norte	150,8	219,0	241,7	159,0	226,4	254,9
Paraíba	159,6	219,5	239,5	168,4	224,0	253,6
Pernambuco	162,3	215,8	249,4	170,4	225,3	254,5
Alagoas	154,5	210,0	243,6	162,6	218,7	259,4
Sergipe	163,8	231,1	258,3	171,5	240,7	269,4
Bahia	159,1	224,8	242,8	169,5	227,7	261,6
Sudeste	185,2	237,4	262,2	196,5	245,9	276
Minas Gerais	190,5	238,1	268,0	207,2	254,3	289,2
Espírito Santo	180,4	234,5	267,7	191,9	250,0	282,4
Rio de Janeiro	183,7	236,7	255,5	196,6	243,5	267,1
São Paulo	183,7	237,4	261,3	192,0	242,0	272,6
Sul	182,5	239,0	272,2	196,2	251,4	292,3
Paraná	183,8	230	266,8	202,9	245,0	284,2
Santa Catarina	181,2	246,1	267,0	191,9	252,5	286,5
Rio Grande do Sul	182,0	244,5	282,5	191,6	257,8	306,1
Centro-Oeste	176,8	233,1	261,6	187,8	239,7	274,5
Mato Grosso do Sul	172,8	239,9	272,6	184,7	244,9	283,1
Mato Grosso	167,4	224,7	255,7	176,3	231,6	263,6
Goiás	176,3	230,4	253,1	186,2	234,9	266,8
Distrito Federal	193,6	247,0	278,2	208,4	260,8	297,8

LP=Língua Portuguesa. M=Matemática. 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (EF); 3ª série do ensino médio (EM).

Fonte: SAEB (INEP/MEC).

Tabela 8: *Ranking* das médias de proficiência em língua portuguesa e matemática, 4ª série do ensino fundamental (EF), 2005.
Table 8: Ranking of the average proficiency in Portuguese and mathematics in the 4th grade of elementary school in 2005.

UF	LP/4a EF	UF	M/4a EM
Rio Grande do Norte	150,8	Rio Grande do Norte	159,0
Alagoas	154,5	Maranhão	161,8
Maranhão	155,7	Piauí	162,2
Piauí	156,9	Alagoas	162,6
Nordeste	159,1	Amapá	165,2
Bahia	159,1	Ceará	165,6
Amapá	159,6	Nordeste	166,5
Paraíba	159,6	Pará	167,0
Tocantins	162,1	Tocantins	167,2
Pernambuco	162,3	Paraíba	168,4
Amazonas	163,0	Bahia	169,5
Pará	163,5	Norte	169,9
Ceará	163,8	Pernambuco	170,4
Norte	163,8	Sergipe	171,5
Sergipe	163,8	Rondônia	173,7
Roraima	165,9	Acre	174,0
Rondônia	166,6	Roraima	174,4
Mato Grosso	167,4	Amazonas	175,0
Acre	172,5	Mato Grosso	176,3
Mato Grosso do Sul	172,8	Mato Grosso do Sul	184,7
BRASIL	175,5	BRASIL	185,7
Goiás	176,3	Goiás	186,2
Centro-Oeste	176,8	Centro-Oeste	187,8
Espírito Santo	180,4	Rio Grande do Sul	191,6
Santa Catarina	181,2	Espírito Santo	191,9
Rio Grande do Sul	182	Santa Catarina	191,9
Sul	182,5	São Paulo	192,0
São Paulo	183,7	Sul	196,2
Rio de Janeiro	183,7	Sudeste	196,5
Paraná	183,8	Rio de Janeiro	196,6
Sudeste	185,2	Paraná	202,9
Minas Gerais	190,5	Minas Gerais	207,2
Distrito Federal	193,6	Distrito Federal	208,4

LP=Língua Portuguesa. M=Matemática. EF=Ensino Fundamental.
 Fonte: SAEB (INEP/MEC).

Tabela 9: *Ranking* das médias de proficiência em língua portuguesa e matemática, 8ª série do ensino fundamental (EF), 2005.
Table 9: Ranking of the average proficiency in Portuguese and mathematics in the 8th grade of elementary school in 2005.

UF	LP/8a EF	UF	M/8a EF
Alagoas	210,0	Maranhão	218,4
Pernambuco	215,8	Amazonas	218,6
Amazonas	217,5	Alagoas	218,7
Ceará	217,9	Tocantins	221,2
Maranhão	218,5	Paraíba	224,0
Rio Grande do Norte	219,0	Amapá	225,0
Nordeste	219,4	Nordeste	225,2
Paraíba	219,5	Pernambuco	225,3
Tocantins	219,6	Ceará	225,5
Piauí	220,6	Rio Grande do Norte	226,4
Amapá	223,2	Norte	226,6
Roraima	224,5	Acre	226,7
Mato Grosso	224,7	Bahia	227,7
Bahia	224,8	Roraima	228,1
Norte	225,7	Piauí	228,3
Acre	228,2	Pará	230,1
Paraná	230,0	Mato Grosso	231,6
Goiás	230,4	Goiás	234,9
Sergipe	231,1	BRASIL	239,4
Pará	231,2	Centro-Oeste	239,7
BRASIL	231,7	Rondônia	240,4
Rondônia	232,9	Sergipe	240,7
Centro-Oeste	233,1	São Paulo	242,0
Espírito Santo	234,5	Rio de Janeiro	243,5
Rio de Janeiro	236,7	Mato Grosso do Sul	244,9
Sudeste	237,4	Paraná	245,0
São Paulo	237,4	Sudeste	245,9
Minas Gerais	238,1	Espírito Santo	250,0
Sul	239,0	Sul	251,4
Mato Grosso do Sul	239,9	Santa Catarina	252,5
Rio Grande do Sul	244,5	Minas Gerais	254,3
Santa Catarina	246,1	Rio Grande do Sul	257,8
Distrito Federal	247,0	Distrito Federal	260,8

LP=Língua Portuguesa. M=Matemática. EF=Ensino Fundamental.
 Fonte: SAEB (INEP/MEC).

Tabela 10: *Ranking* das médias de proficiência em língua portuguesa e matemática, 3ª série do ensino médio (EM), 2005.

Table 10: Ranking of the average proficiency in Portuguese and mathematics in the 3rd grade of secondary school in 2005.

UF	LP/3ª EM	UF	M/3ª EM
Maranhão	230,3	Maranhão	238,2
Amazonas	230,6	Amazonas	241,2
Paraíba	239,5	Pará	248,7
Tocantins	240,5	Norte	250,1
Rio Grande do Norte	241,7	Paraíba	253,6
Norte	241,9	Tocantins	253,6
Bahia	242,8	Pernambuco	254,5
Pará	243,2	Rio Grande do Norte	254,9
Alagoas	243,6	Piauí	256,9
Nordeste	245,5	Acre	257,1
Piauí	247,5	Nordeste	257,3
Pernambuco	249,4	Alagoas	259,4
Acre	252,6	Amapá	260,3
Goiás	253,1	Bahia	261,6
Amapá	253,2	Mato Grosso	263,6
Rio de Janeiro	255,5	Ceará	265,2
Mato Grosso	255,7	Goiás	266,8
Roraima	256,9	Rio de Janeiro	267,1
BRASIL	257,1	Roraima	268,5
Ceará	257,3	Sergipe	269,4
Rondônia	257,7	BRASIL	270,7
Sergipe	258,3	Rondônia	271,1
São Paulo	261,3	São Paulo	272,6
Centro-Oeste	261,6	Centro-Oeste	274,5
Sudeste	262,2	Sudeste	276,0
Paraná	266,8	Espírito Santo	282,4
Santa Catarina	267,0	Mato Grosso do Sul	283,1
Espírito Santo	267,7	Paraná	284,2
Minas Gerais	268,0	Santa Catarina	286,5
Sul	272,2	Minas Gerais	289,2
Mato Grosso do Sul	272,6	Sul	292,3
Distrito Federal	278,2	Distrito Federal	297,8
Rio Grande do Sul	282,5	Rio Grande do Sul	306,1

LP=Língua Portuguesa. M=Matemática. EM=Ensino Médio.
Fonte: SAEB (INEP/MEC).

língua portuguesa na 14ª melhor posição e na 12ª em matemática (tem-se a impressão que é figura estranha no sudeste). Minas Gerais também se destaca. Maranhão ocupa a pior posição em língua portuguesa e matemática, enquanto que Pernambuco aparecia na 10ª posição em língua portuguesa e na 6ª em matemática. Sergipe, outra vez, detinha a melhor posição entre os estados nordestinos, aproximando-se dos estados do sudeste e sul, o que merece grande atenção.

Pode-se concluir, com devida cautela, primeiro, que vale a pena pagar bem os professores, já que, em geral, é relativamente viável esperar desempenho melhor. Os casos de Sergipe e em especial do Distrito Federal corroborariam esta idéia no lado positivo, e, no lado negativo, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo, esta expectativa não pode ser linear, mecânica. Desempenho de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul sustentaria a noção de que salário pode, mas não necessariamente, impactar o desempenho escolar. Para além disso, valem pelo menos dois outros argumentos não menos fundamentais: (i) aumento salarial precisa, impreterivelmente, vir acompanhado de outras ações voltadas para a qualificação docente e que ultrapassem expressivamente as semanas pedagógicas; (ii) é fundamental investir na dignidade docente, evitando a contradição flagrante entre seu projeto pedagógico e seu projeto de vida.

Embora apareçam três casos de médias salariais relativamente elevadas (Distrito Federal, Rio de Janeiro e Sergipe), quando consideradas em si ainda estão longe do que seria salário necessário para se ter vida digna em sociedade. Consola que existe alguma tendência de melhoria salarial mais ou menos genérica. A conclusão mais importante, porém, é que se torna cada dia mais decisivo vincular aumento salarial docente com melhoria do desempenho discente, por mais que seja impróprio estabelecer ligação estanque. É no mínimo constrangedor ganhar melhor como docente e o aluno desempenhar-se mal. Por isso, as campanhas salariais precisam implicar também a defesa do direito discente de aprender, retirando daí todas as conseqüências. Para tanto, os docentes precisam também saber escutar críticas, mesmo que nem todas sejam aplicáveis (deixando-se de lado as maldosas), por exemplo, com respeito à qualidade profissional (Demo, 2005), em geral precária, não por culpa, mas por origem duvidosa nos cursos originais e nas formações continuadas (Demo, 2004b). Boas condições de trabalho precisam combinar com boa aprendizagem. Não conseguimos ainda trabalhar bem esta vinculação, mas é bem possível e, acima de tudo, muito desejável.

Caberia, ademais, lembrar da importância da atividade sindical, ainda que também esteja sob fogo cruzado. Saber defender direitos laborais é parte integrante do projeto pedagógico. Isto, porém, não pode implicar amadorismos políticos hoje constantes, em especial a idéia torta da greve como "curricular", porque tende a desgastar a escola cada vez mais. Das greves não segue, nunca, melhoria do desempenho escolar. Ao contrário, a começar pela "reposição" de aulas, feita de modo em geral inaceitável. Não segue que greve seja imprópria. Segue que é preciso saber fazer greve, que deve ser bem organizada, impactante, efetiva e breve. Quando se estica, invariavelmente se perde, tornando-se, em geral, novo problema como sair dela

sem maior prejuízo. O cuidado constante com condições adequadas de trabalho é essencial para o bom desempenho discente.

Referências

- BENKLER, Y. 2006. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New York, Yale University Press, 528 p.
- DEMO, P. 2004a. *Aprendizagem no Brasil – Ainda muito por fazer*. Porto Alegre, Mediação, 92 p.
- DEMO, P. 2004b. *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. Petrópolis, Editora Vozes, 111 p.
- DEMO, P. 2005. *A educação do futuro e o futuro da educação*. Campinas, Autores Associados, 192 p.
- DEMO, P. 2007. Escola pública e escola particular: Semelhanças de dois imbróglis educacionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 15(55):181-206.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2008. *Salário de professores aumentou 39%*. São Paulo, 25 fev., Cotidiano – C1; C4.
- IOSCHPE, G. 2004. *A ignorância custa um mundo: O valor da educação no desenvolvimento do Brasil*. São Paulo, Francis, 328 p.
- UNESCO. 2004. *O perfil dos professores brasileiros: O que fazem, o que pensam, o que almejam...* São Paulo, Editora Moderna, 235 p.

Submetido em: 25/09/2008

Aceito em: 04/10/2008